

bullsbet no deposit bonus codes

<p>Da Agência Senado | 10/03/2022, 13h59</p>

<p>A Comissão de Educação (CE) aprovou a inclusão da prática de esportes nas escolas como uma das diretrizes da educação brasileira e um dos direitos dos alunos.</p>

<p>O projeto de lei (PL 3.</p>

<p>ta quinta-feira (10) em decisão final e segue para votação na Câmara dos Deputados, se houver pedido para análise pelo Plenário do Senado.</p>

<p>O texto altera seis artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.</p>

<p>incentivar o reforço da cultura esportiva na vida da população brasileira.</p>

<p>Durante o debate da proposta, ela ainda ressaltou a importância da iniciativa como um reforço às estratégias para reabilitação dos sequelados pela covid-19.</p>

<p>- Pós-pandemia, acredito que, fisicamente, a gente vai ter um acréscimo muito grande na grade curricular, oferecendo uma educação</p>

<p>de qualidade, porque sabemos que uma das sequelas na pandemia são as questões respiratórias.</p>

<p>E a gente sabe que o trabalho da educação física vai ser fundamental, para implementar uma cultura da prática esportiva.</p>

<p>A proposta previa que a educação física fosse oferecida em todos os níveis das escolas públicas, até mesmo nas universidades.</p>

<p>Porém, o relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), alterou o texto, retirando a obrigatoriedade para o ensino superior e mantendo-a apenas para a educação básica (do ensino infantil ao médio), como</p>

<p>atualmente.</p>

<p>Segundo ele, a medida não se justifica economicamente, já que demandaria novas instalações, compra de material desportivo e contratação de professores, em um momento de contingenciamento de gastos na educação.</p>

<p>O alcance, defende Izalci, também não seria amplo, já que apenas 25% das matrículas na graduação são em universidades públicas.</p>

<p>- Sendo a educação física componente curricular obrigatório em toda a educação básica, acreditamos que os estudantes do ensino superior já</p>

<p>tenham recebido ao longo de sua vida escolar os</p>

</p>

<p>A proposta previa que a educação física fosse oferecida em todos os níveis das escolas públicas, até mesmo nas universidades.</p>

<p>Porém, o relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), alterou o texto, retirando a obrigatoriedade para o ensino superior e mantendo-a apenas para a educação básica (do ensino infantil ao médio), como</p>

<p>atualmente.</p>

<p>Segundo ele, a medida não se justifica economicamente, já que demandaria novas instalações, compra de material desportivo e contratação de professores, em um momento de contingenciamento de gastos na educação.</p>

<p>O alcance, defende Izalci, também não seria amplo, já que apenas 25% das matrículas na graduação são em universidades públicas.</p>

<p>- Sendo a educação física componente curricular obrigatório em toda a educação básica, acreditamos que os estudantes do ensino superior já</p>

<p>tenham recebido ao longo de sua vida escolar os</p>

</p>

<p>A proposta previa que a educação física fosse oferecida em todos os níveis das escolas públicas, até mesmo nas universidades.</p>

<p>Porém, o relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), alterou o texto, retirando a obrigatoriedade para o ensino superior e mantendo-a apenas para a educação básica (do ensino infantil ao médio), como</p>

<p>atualmente.</p>

<p>Segundo ele, a medida não se justifica economicamente, já que demandaria novas instalações, compra de material desportivo e contratação de professores, em um momento de contingenciamento de gastos na educação.</p>

<p>O alcance, defende Izalci, também não seria amplo, já que apenas 25% das matrículas na graduação são em universidades públicas.</p>

<p>- Sendo a educação física componente curricular obrigatório em toda a educação básica, acreditamos que os estudantes do ensino superior já</p>

<p>tenham recebido ao longo de sua vida escolar os</p>

</p>